



DIÁRIO DO GOVÊRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$90

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Govêrno*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares annunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestre	130\$
A 1.ª série . . .	90\$	"	48\$
A 2.ª série . . .	80\$	"	43\$
A 3.ª série . . .	80\$	"	43\$

Avulso: Número de duas páginas \$30;
de mais de duas páginas \$80 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do sêlo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10.112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministério da Guerra:

Decreto-lei n.º 23:665 — Faculta aos sargentos ajudantes músicos e primeiros sargentos músicos da guarda nacional republicana poderem ser admitidos nos concursos que se realizem no exército, desde que satisfaçam a todas as condições de promoção, para preenchimento de vacaturas respectivamente de alferes chefes de banda de música e sargentos ajudantes músicos.

Ministério da Instrução Pública:

Portaria n.º 7:789 — Aprova os programas das disciplinas de pontos da história de Portugal e de paleografia (1.ª e 2.ª partes) do curso superior de bibliotecário-arquivista.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior
e das Belas Artes

3.ª Secção

Portaria n.º 7:789

Havendo o conselho escolar do curso de bibliotecário-arquivista aprovado os programas das disciplinas de fontes da história de Portugal e de paleografia (1.ª e 2.ª partes), e tendo sido cumprido o disposto no § 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:014, de 21 de Dezembro de 1932:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que sejam aprovados os aludidos programas, que abaixo seguem assinados pelo director geral do ensino superior e das belas artes.

Ministério da Instrução Pública, 13 de Março de 1934.—
O Ministro da Instrução Pública, *Alexandre Alberto de Sousa Pinto*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

1.ª Direcção Geral

3.ª Repartição

Decreto-lei n.º 23:665

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Ao artigo 48.º do decreto n.º 17:379, de 27 de Setembro de 1929, e seu § único é acrescentada uma alínea, que fica sendo a alínea f), com a seguinte redacção:

f) Os sargentos ajudantes músicos e primeiros sargentos músicos da banda de música da guarda nacional republicana poderão ser admitidos nos concursos que se realizem no exército, desde que satisfaçam a todas as condições de promoção, para preenchimento de vacaturas respectivamente de alferes chefes de banda de música e sargentos ajudantes músicos, devendo ser transferidos para o exército logo que lhes caiba a promoção para preenchimento de vaga.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 13 de Março de 1934. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luiz Alberto de Oliveira* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *Duarte Pacheco* — *Alexandre Alberto de Sousa Pinto* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Leovigildo Queimado Franco de Sousa*.

Curso superior de bibliotecário-arquivista

Programa da disciplina de fontes da história de Portugal

Introdução

1.º A história como ciência de observação indirecta só conhece os factos através dos seus vestígios: as fontes do conhecimento histórico.

2.º Todas as operações do trabalho historiográfico residem no estudo das fontes: a eurística, a crítica e a síntese históricas.

1.ª PARTE

Estudo geral das fontes históricas. Definição, natureza e classificação delas

Capítulo I. — Definição e natureza das fontes.

Capítulo II. — Classificação das fontes. Sistemas de classificação: Bernheim, Ch.-V. Langlois, G. Monod, Garcia Villada, Croce, Ballesteros, etc.

1.º Fontes ou monumentos figurados. Fontes directas e fontes indirectas.

Monumentos comemorativos e monumentos indifferentes.

A) Obras de artes principais.

B) Obras de artes menores.

C) Outras fontes figuradas: mapas e mais espécies cartográficas e topográficas.

2.º Fontes ou monumentos escritos. Fontes directas e indirectas.

Obras comemorativas e obras indiferentes.

- A) Espécies de fontes escritas. Classificação e definições.
- B) Documentos manuscritos dos períodos históricos. Escritos históricos e escritos não históricos. Fontes narrativas e fontes diplomáticas.
- C) Monumentos xilografados.
- D) Monumentos impressos.
- E) Espécie e natureza das fontes ou monumentos escritos: inscrições, genealogias, calendários, anais, biografias, memórias, monografias, crónicas e histórias.

Capítulo III.—Dos depósitos das fontes:

- 1.º Dos depósitos das fontes figuradas — Monumentos e museus.
- 2.º Dos depósitos dos manuscritos — Arquivos.
- 3.º Dos depósitos de impressos — Bibliotecas.

2.ª PARTE

Fontes manuscritas. Arquivos. Eurística.
Colecções documentais

- Capítulo I.—Classificação das fontes manuscritas sob diversos pontos de vista.
- Capítulo II.—Fontes manuscritas da história geral do ocidente europeu. Lugares onde se encontram. Principais arquivos da Europa ocidental. Principais colecções documentais estrangeiras publicadas.
- Capítulo III.—Fontes manuscritas da história de Portugal.

- 1.º Arquivos e outros depósitos documentais portugueses. Seus núcleos mais importantes ou característicos.
- 2.º Roteiros, catálogos, índices e repertórios de inventários dos arquivos portugueses.
- 3.º Eurística geral das fontes portuguesas.
- 4.º Principais colecções documentais portuguesas publicadas.

Capítulo IV.—Fontes da história de Portugal no estrangeiro. Principais depósitos onde existem.

3.ª PARTE

Fontes impressas. Bibliotecas. Bibliografias

- Capítulo I.—Classificações das fontes impressas sob diversos pontos de vista.
- Capítulo II.—Fontes impressas da história geral do ocidente europeu. Bibliotecas. Bibliografias.
- Capítulo III.—Fontes impressas da história de Portugal.

- 1.º Bibliotecas e outros depósitos de impressos em Portugal.
- 2.º Inventários, catálogos, índices e catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas.
- 3.º Bibliografias gerais e bibliografias especiais.

4.ª PARTE

Estudo das fontes figuradas e escritas da história geral

Capítulo I.—Fontes da história da antiguidade oriental. Estudo bastante sumário.

Capítulo II.—Fontes da história da antiguidade clássica. Estudo bastante sumário.

Capítulo III.—Fontes da história do ocidente europeu medieval. Estudo descritivo.

Capítulo IV.—Fontes da história ocidental nos períodos moderno e contemporâneo. Estudo descritivo e crítico.

5.ª PARTE

Fontes da história de Portugal

Principais fontes figuradas e escritas dos seguintes períodos e acontecimentos mais característicos da história de Portugal

- Capítulo I.—Período medieval. Pródromos, fundação e evolução da nacionalidade.
- Capítulo II.—Fixação definitiva da nacionalidade. Organização interna.
- Capítulo III.—Descobrimentos.
- Capítulo IV.—Conquistas ultramarinas. Império ultramarino.
- Capítulo V.—Decadência.
- Capítulo VI.—Dominação espanhola.
- Capítulo VII.—Restauração. Lutas diplomáticas e militares. Organização interna.
- Capítulo VIII.—Época joanina.
- Capítulo IX.—Governo pombalino.
- Capítulo X.—Período mariano.
- Capítulo XI.—Invasões francesas.
- Capítulo XII.—Revolução de 1820. Reacções.
- Capítulo XIII.—Período miguelista. Lutas liberais.
- Capítulo XIV.—Época constitucional.

6.ª PARTE

Evolução da historiografia portuguesa e as relações desta com a historiografia geral

I — Introdução

- A) A historiografia no quadro geral da literatura portuguesa;
- B) A historiografia portuguesa propriamente dita. Suas relações com a historiografia geral.

Capítulo I.—Os crónicones, os nobiliários e outras manifestações iniciais da historiografia nacional.

Capítulo II.—Os cronistas do século xv.

Capítulo III.—Os historiadores do renascimento.

Capítulo IV.—A historiografia seiscentista. Seus caracteres e seus cultores:

- 1.º Os historiadores da *Monarquia Lusitana*. O valor desigual desta obra. As controvérsias que ocasionou.
- 2.º Outros historiadores.

Capítulo V.—A historiografia do século xviii:

- 1.º Os historiadores da Academia Real de História.
- 2.º Outros historiadores deste período.

Capítulo VI.—A historiografia do século xix:

- 1.º A historiografia proto-romântica. Principais características:

- A) Os historiadores da Academia Real das Ciências durante este período.
- B) Outros historiadores e eruditos deste período.

2.º A historiografia romântica. Características. Influências externas:

- A) Principais historiadores e eruditos d'este período.
- B) Outros importantes eruditos e historiadores.
- C) A obra historiográfica da Academia das Ciências e de outras instituições científicas. Principais publicações sobre história.

Capítulo VII.—A historiografia portuguesa do primeiro quartel do século xx. Características:

- A) Historiadores e eruditos já falecidos.
- B) Principais corporações científicas e publicações d'este período sobre ciências históricas.

7.ª PARTE

Metodologia histórica. Críticas e síntese históricas

Capítulo I.—Metodologia geral e metodologia históricas. Metodologia e processologia genéticas da história.

Capítulo II.—Crítica externa ou de erudição. Crítica preparatória. Crítica das fontes. Suas operações:

- 1.º Crítica de proveniência.
- 2.º Crítica de restituição.
- 3.º Classificação, ordenação, registo e publicação das fontes:

- A) O ponto de vista do historiador.
- B) O ponto de vista do erudito:
 - a) A elaboração de *Regestos*.
 - b) A elaboração de *Corpus*.
- C) Ordenação e agrupamento das espécies. Circunstâncias e casos. Classificação por categorias de: a) data; b) lugar de origem; c) conteúdo; d) forma; e) nome; f) o título das peças.
- D) A publicação dos *Regestos*:
 - a) Organização da edição. Técnica desta.
 - b) Elaboração dos índices.
- E) A publicação dos *Corpus*:
 - a) Organização da colecção. Técnica dos *Corpus*.
 - b) Elaboração dos índices.

4.º Divisão do trabalho crítico das fontes:

- A) Função dos arquivistas e bibliotecários. Índices e catálogos.
- B) Função dos eruditos depuradores e restituídos dos documentos. Publicações de documentos.
- C) Função dos eruditos colectores. Direcção da elaboração e publicação dos *Corpus*.
- D) Função dos eruditos classificadores e sumariadores de documentos. Elaboração e publicação dos *Regestos*.

5.º Metodica das edições críticas dos textos:

- A) Trabalhos preparatórios de uma edição crítica:
 - a) Investigação dos textos.
 - b) Crítica das peças. Comparação e classificação hierarquizada. Filiação. Fixação do arquetipo.

- c) Reconstituição do texto original ou primitivo. Operações sumárias.

B) Publicação da edição crítica:

- a) A introdução ou prólogo. De que deve constar.
- b) Enumeração e classificação das peças utilizadas e das desaparecidas conjecturadas.
- c) Publicação do arquetipo fixado ou do texto restituído. Siglas e sinais a utilizar. Edições paleográficas e edições diplomáticas.
- d) Inserção das variantes.
- e) Aparato crítico.
- f) Índices.

Capítulo III.—Crítica interna ou crítica histórica propriamente dita. Crítica dos factos. O estudo de tal modalidade crítica nesta disciplina.

- 1.º Crítica de interpretação. Seus objectivos, operações e resultados.
- 2.º Crítica de sinceridade e exactidão. Normas a seguir nas operações analíticas.
- 3.º Estabelecimento dos factos históricos particulares, conjuntos ou dispersos. Processos a seguir.

Capítulo IV.—O trabalho de síntese dos factos históricos. Operações a realizar. Processos a seguir.

- 1.º Classificação, agrupamento e combinação dos factos ou elementos históricos. Critérios a seguir. Combinação d'esses critérios ou pontos de vista.

- A) Classificação e agrupamento sob o ponto de vista externo:
 - a) Cronológico. Para a elaboração da história de uma época, de um período ou sub-período.
 - b) Geográfico ou topográfico. Para a elaboração da história de uma nação, de uma região, de uma cidade.
 - c) Ideográfico. Para a elaboração da história ou monografia de um acontecimento.
 - d) Biográfico. Para o estudo de uma personalidade.
- B) Classificação e agrupamento dos factos sob o ponto de vista interno ou da natureza dos factos, isto é, da matéria, do assunto.
- C) Combinação ou coordenação dos critérios. O agrupamento dos factos feito sob os pontos de vista:
 - a) Cronológico.
 - b) Geográfico ou nacional.
 - c) Cronológico-geográfico.
 - d) Lógico.

2.º O raciocínio construtivo nos casos dos documentos inexistentes de factos acontecidos, ou nos de factos omissos. Métodos de emprêgo do raciocínio segundo as circunstâncias. Raciocínio negativo e raciocínio positivo. Raciocínios isolados e raciocínios acumulados.

3.º A condensação dos acontecimentos históricos em fórmulas. Espécies de fórmulas: especulativas ou causais, descritivas, qualitativas e quantitativas. Seus objectivos, condições a que devem satisfazer, como se elaboram as fórmulas.

Capítulo V. — A exposição histórica:

1.º Formas que pode apresentar:

- a) Obras de carácter geral. Divisões e sub-divisões.
- b) Monografias. Divisões.
- c) Biografias. Divisões.

2.º Modos de elaborar uma exposição histórica:

- a) Trabalhos de erudição. Reunião dos materiais depois de depurados.
- b) Trabalho crítico. Julgamento dos factos.
- c) Trabalho científico. Sistematização e ordenação dos materiais.
- d) Trabalho artístico. Exposição e redacção da obra.

3.º Como dispor os materiais de uma exposição histórica.

4.º Objectivos de uma exposição histórica.

8.ª PARTE

A eurística, a crítica, a construção e a exposição históricas exemplificadas ⁽¹⁾

Introdução

A escolha do tema ou assunto do estudo. Circunstâncias a atender. Condições a realizar.

Capítulo I. — Estudo eurístico e bibliográfico de um acontecimento, de uma personalidade ou de um período históricos.

Capítulo II. — Estudo crítico das fontes e dos factos (críticas externa e interna).

Capítulo III. — Estudo da construção sintética da obra histórica.

Capítulo IV. — Estudo da exposição histórica ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Em cada ano o professor poderá escolher para o estudo dos alunos um ou mais assuntos que tenham suficiente representação documental nos arquivos e bibliotecas de Lisboa. O estudo de cada aluno constituirá objecto de uma dissertação que irá sendo discutida nas conferências das aulas práticas à medida que fôr elaborada.

⁽²⁾ A exemplificação de uma exposição histórica poderá ser feita pelo professor ou pelo aluno ou alunos, por êle escolhidos, em conferências ou cursos públicos.

Programa da disciplina de paleografia (1.ª parte)

Introdução

I

Generalidades

1. Paleografia. Etimologia. Objectivos. A paleografia no quadro das ciências auxiliares da história.

2. Evolução da paleografia. Mabillon. Maffei. O *Nouveau Traité de Diplomatique*. A paleografia em Espanha. Actuais centros de ensino e cultura.

3. A paleografia em Portugal. A *leitura nova* na Torre do Tombo e nos conventos de Santa Cruz, de Coimbra, Santa Maria, de Alcobaça, e Cristo, de Tomar. A Academia Real da História. Cenáculo e sua influência no progresso dos estudos diplomáticos e paleográficos entre nós. A Academia das Ciências de Lisboa. A aula de diplomática e os peritos paleógrafos. Paleógrafos portugueses: os Brandões, D. Marcos da Cruz, D. Bernardo da Encarnação, João Pedro Ribeiro, José

Anastácio de Figueiredo, Fr. J. de Santa Rosa de Viterbo, Fr. Joaquim de Santo Agostinho, os Bastos, etc. O curso de bibliotecário-arquivista. O ensino universitário. Os decretos n.ºs 19:952, 20:469, 20:478 e 22:014.

4. Bibliografia geral: resenha crítica das principais obras e publicações periódicas nacionais e estrangeiras.

II

Materiais e instrumentos da escrita

1. Materiais arqueológicos, especialmente as tábuas enceradas.

2. Materiais paleográficos:

- a) Papiro. O papiro em documentos medievais.
- b) Pergaminho. Cadernos, códices, rolos e documentos avulsos.
- c) Papel. Cadernos, códices, rolos e documentos avulsos. Os mais antigos documentos cartáceos portugueses.

3. Tintas. Tintas preta, vermelha, azul, verde, etc. Tintas metálicas; fabricação e usos.

4. Escritas obliteradas, palimpsestos. Processos de leitura:

- a) Antigos e modernos reactivos; seu emprego e inconvenientes.
- b) Os processos fotográficos; processos de R. Kögel, G. Perugi, T. Svedberg & Anderson, etc.

5. Instrumentos da escrita. Estilete. Cálamo. Pena de ave. Pena metálica. Raspadeira, régua, compasso, pinéis, etc.

PARTE I

Paleografia latina

CAPÍTULO I

Época romana

1. Origens do alfabeto: antigas e modernas teorias.

2. Alfabeto latino. Origem: o alfabeto grego usado nas colónias gregas da Itália meridional e da Sicília; o alfabeto etrusco, segundo Hammerstrom. Seus caracteres.

3. Caracteres maiúsculos e minúsculos. Distinção.

4. Capital arcaica. A inscrição do *Forum*. Capital monumental e actuária.

5. Capital caligráfica: a) capital quadrada; b) capital rústica. Origem. Características. Monumentos.

6. Capital e maiúscula cursiva. Características. Monumentos.

7. Uncial. Letras características. Monumentos.

8. Semi-uncial. Letras características. Monumentos.

9. Minúscula cursiva. Alfabeto. Monumentos.

CAPÍTULO II

As escritas nacionais

1. Significado da expressão «escritas nacionais».

2. Escritas nacionais derivadas da minúscula cursiva: a) escrita lombarda; b) escrita merovingia; c) escrita visigótica. Evolução. Características. Monumentos.

3. Escritas nacionais derivadas da semi-uncial: escritas irlandesa e anglo-saxónica. Evolução. Características. Monumentos.

CAPÍTULO III

Braquigrafia, estigmeologia, numeração, etc.

1. Origens dos sistemas braquigráficos.

2. Abreviaturas por suspensão: a) siglas; b) *Notae juris*.

3. Abreviaturas por contracção: a) notas tironianas; noções sumárias; b) *Nomina Sacra*; c) letras sobrepostas.

4. Abreviaturas por sinais especiais.

PARTE II

CAPÍTULO I

Letra visigótica

1. Evolução geral e caracteres específicos da escrita visigótica.

2. Códices visigóticos datados e não datados: listas de Loew, Upson Clark, Garcia Villada e Millares Carlo. *Corpus Manuscriptorum Wisigothorum*.

3. Códices e documentos visigóticos actualmente existentes em Portugal. Núcleos principais e sua proveniência. Publicação de espécies e sua crítica.

4. Letra visigótica maiúscula. Características.

5. Letra visigótica minúscula. Alfabeto. Ligações. Braquigrafia. Estigmeologia e sinais diacríticos. Ortografia. Numeração.

6. Letra cursiva visigótica. Alfabeto. Ligações. Braquigrafia. Estigmeologia e sinais diacríticos. Ortografia. Numeração. Criptografia.

7. Letra denominada semi-visigótica. Evolução. Características. Espécimes notáveis.

CAPÍTULO II

Letra denominada carolina ou francesa

1. A questão da origem da letra carolina. Teoria tradicional. Novas teorias: Bretholz e Steffens, Brandi, Sickel, Delisle, Prou e Bouard, Lauer, etc. Schiaparelli e as escritas pre-carolinas. Estado actual da questão.

2. Introdução da letra carolina em Portugal. Os mais antigos monumentos portugueses exarados nesta letra.

3. Principais núcleos de códices e documentos actualmente existentes no País. Sua procedência.

4. Minúscula carolina. Caracteres gerais. Alfabeto. Braquigrafia. Estigmeologia. Sinais diacríticos. Numeração.

Programa da disciplina de paleografia (2.ª parte)

Introdução

I

Generalidades

1. Paleografia. Etimologia. Objectivos. A paleografia no quadro das ciências auxiliares da história.

2. Bibliografia geral. Resenha crítica das principais obras e publicações periódicas nacionais e estrangeiras.

II

Noções sumárias sobre paleografia latina

1. Caracteres maiúsculos e minúsculos. Distinção.

2. Letra capital: a) capital quadrada e capital rústica; b) capital e maiúscula cursiva.

3. Uncial. Semi-uncial. Minúscula cursiva.

4. Escritas nacionais. Significado da expressão. Escritas nacionais derivadas da minúscula cursiva. Escritas nacionais derivadas da semi-uncial.

III

Introdução à braquigrafia medieval

1. Origem dos sistemas braquigráficos.

2. Abreviaturas por suspensão: a) siglas; b) *Notae juris*.

3. Abreviaturas por contracção: a) notas tironianas; noções sumárias; b) *Nomina Sacra*; c) letras sobrepostas.

4. Abreviaturas por sinais especiais.

PARTE I

Letra visigótica

1. Evolução e caracteres gerais da letra visigótica.

2. Códices e documentos visigóticos actualmente existentes em Portugal. Principais núcleos e sua proveniência.

3. Letra visigótica maiúscula. Características.

4. Letra visigótica minúscula. Alfabeto. Ligações. Braquigrafia. Estigmeologia e sinais diacríticos. Ortografia. Numeração.

5. Letra cursiva visigótica. Alfabeto. Ligações. Braquigrafia. Estigmeologia e sinais diacríticos. Ortografia. Numeração. Criptografia.

6. Letra denominada semi-visigótica. Evolução. Características. Espécimes notáveis.

PARTE II

Letra denominada carolina ou francesa

CAPÍTULO I

Minúscula carolina ou francesa

1. A questão da origem da letra carolina. Teoria tradicional. Novas teorias:

Bretholz e Steffens, Brandi, Sickel, Delisle, Prou e Bouard, Lauer, etc. Schiaparelli e as escritas pre-carolinas. Estado actual da questão.

2. Introdução da letra carolina em Portugal. Os mais antigos monumentos portugueses exarados nesta letra.

3. Principais núcleos de códices e documentos actualmente existentes no País e sua procedência.

4. Minúscula carolina. Caracteres gerais. Alfabeto. Braquigrafia. Estigmeologia e sinais diacríticos. Numeração.

CAPÍTULO II

Minúscula gótica do século XIII

1. Origens da minúscula gótica; sua evolução.

2. Caracteres gerais. Alfabeto. Braquigrafia.

PARTE III

Letra cursiva francesa, ou carolina, e suas derivadas

1. Evolução e caracteres gerais da letra cursiva denominada francesa e das suas derivadas.

2. Principais núcleos de códices e documentos actualmente existentes no País e sua procedência.

3. Letra de privilégios. Seu emprego e características.

4. Letra de alvarás. Seu emprego e características.

PARTE IV

Escritas dos séculos XIV a XVII

CAPÍTULO I

Letra minúscula

1. Escrita minúscula. Evolução e características.

2. Principais núcleos de códices e documentos actualmente existentes no País e sua procedência.

3. Minúscula gótica. Evolução e características.

4. Minúscula gótico-humanística. Evolução e características.

5. Minúscula humanística. Evolução e características.

CAPÍTULO II

Letra cursiva

1. Evolução e caracteres gerais das escritas cursivas. Alfabeto. Ligações. Braquigrafia, estigmeologia e sinais diacríticos. Numeração.

2. Principais núcleos de códices e documentos actualmente existentes no País e sua proveniência.

3. Cursiva gótica. Evolução e características.

4. Cursivas gótico humanística e humanística. Evolução e características.

5. Escrita cortesã. Evolução e características.

6. Escrita processada. Evolução e características.

7. Escrita processada encadeada. Evolução e características.

Apêndice. A *Littera Sancti Petri* (*Scrittura Bollatica*).

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 13. de Março de 1934. — Pelo Director Geral, *J. E. Dias Costa*.